

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO



Diretores sem tempo para o ritual feito por Galípolo

Diretores do BC na zona de risco

Ao Correio Político, o presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, Vanderlan Cardoso (PSD-GO), afirmou que a sabatina dos três novos diretores do Banco Central acontecerá na próxima terça-feira(10). É, porém, uma jogada de risco. A mensagem com a indicação de Nilton Davi (Política Monetária), Izabela Correia (Relacionamento Ins-

titucional) e Gilneu Vivan (Regulação) só foi enviada à Mesa do Senado na tarde de quarta-feira (4). Isso significa que o tempo para o tradicional ritual de beija-mão, no qual os indicados vão aos senadores, pedir apoio, ficou muito curto. Com isso, os três indicados passaram a quarta abordando senadores nos corredores do Congresso. Está longe de ser a melhor estratégia.

Rito

Pode-se criticar o rito do beija-mão. E é mesmo de se questionar que interesses privados senadores teriam para conversas particulares com diretores do Banco Central. Mas a verdade é que os parlamentares prezam o costume. Porque ele é uma demonstração de poder.

Clima

Ainda mais com o azedo ambiente atual entre governo e Congresso. O que se comentava no Senado é que o mais provável é não haver problemas na aprovação. Mas o governo não deveria apostar todas as suas fichas nisso. Porque não haverá tempo para ajustes.

Jefferson Rudy/Agência Senado



Malta reclama: falta de compromisso nas sabatinas

Sabatina competirá atenção com reforma tributária

Com a paralisia dos últimos dias, tudo ficou para as próximas duas semanas. Na semana que vem, a sabatina competirá o foco de atenção com a votação da reforma tributária, nas duas principais comissões do Senado, CAE e Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Assim, o combinado é que a CAE concentre suas sessões

nas terças-feiras para que as quartas fiquem para a CCJ. Se a CAE não sabatina os diretores na terça, levando a aprovação para o plenário na tarde do mesmo dia, a expectativa é que isso não aconteça na quarta, porque o dia estará reservado para o projeto que regulamenta a reforma tributária. Dois focos é arriscado.

Rebelião

O presidente da CCJ, Davi Alcolumbre (DEM-AP), sentiu certo clima de rebelião e adiou a leitura do relatório da tributária, do senador Eduardo Braga (MDB-AM). O senador Magno Malta (PL-ES) chegou a protestar sobre a falta de compromisso de eventuais sabatinados.

Dino

“Quando esteve aqui, o Flávio Dino garantiu para todos que respeitaria o Congresso. Vejam o que ele faz agora”, disse Malta. Se referia à grita geral no Congresso: aprovou-se um projeto estabelecendo as regras para as emendas; Dino deu uma decisão diferente.

Dobradinha

Os parlamentares comentam ter convicção de que a decisão de Dino teria sido uma “dobradinha” com o governo. Querendo retomar mais poder sobre as emendas, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva teria combinado o jogo com Dino. Lula nega, mas ninguém acredita muito.

Diretores

E se o ano terminar sem os diretores do BC aprovados? A regra estabeleceria que os remanescentes assumem seus votos no Comitê de Política Monetária (Copom). Ou seja, as próximas decisões sobre juros seriam com os votos dos três nomes indicados por Jair Bolsonaro.

Reação sobre emendas trava PEC dos Gastos

Lira afirma que governo não tem maioria e precisará negociar

Marina Ramos/Câmara dos Deputados

Por Gabriela Gallo

A pedido do governo, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), retirou a PEC dos Gastos da pauta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), levando-a diretamente para o plenário. Segundo Lira, o governo fez esse pedido por entender que na CCJ, presidida hoje pela opositora Caroline de Toni (PL-SC) e com forte força da oposição, não teria maioria para aprovar a urgência para a proposta. O envio diretamente para o plenário, no entanto, não torna a possibilidade de tramitação mais tranquila. Lira alertou que as reações no Congresso às restrições impostas pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino para a liberação de emendas orçamentárias travam a pauta. E disse que, sozinho, o governo não tem maioria para aprovar a urgência. Precisa, portanto, da boa vontade dos demais grupos, especialmente do Centrão, e isso só virá com uma solução para a questão das emendas.

A aprovação da urgência é fundamental para que a PEC possa ser aprovada até o final do ano. Por se tratar de uma Proposta de Emenda Constitucional, os regimentos da Câmara e do Senado preveem normalmente um rito demorado, com intervalos entre cada uma das etapas. A urgência permite a quebra desses prazos, os chamados interstícios. Além da PEC, há também outras proposições que compõem o pacote fiscal proposto pelo governo.

As mudanças propostas para corte de gastos estão divididas entre o Projeto de Lei (PL) 4614/2024, o Projeto de Lei Complementar (PLP) 210/2024 e a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/2024. O PL 4614 e o PLP 210 foram entregues ao Congresso na última semana, já a PEC foi recebida pelo Legislativo na terça-feira (3). A expectativa do governo é aprovar as medidas até o final do ano para garantir os impactos econômicos já para 2025.

Se aprovado da forma como se encontram os proje-



Lira: sozinho, o governo não tem força para aprovar a PEC

tos e a proposta, a equipe econômica do governo prevê uma redução de R\$ 30,6 bilhões em 2025, R\$ 71,9 bilhões entre 2025 e 2026 e R\$ 327 bilhões, entre 2025 e 2030.

Sem força

Em palestra durante o Fórum “Jota: o Brasil em 10 anos” nesta quarta, Lira disse que o governo ainda não tem força para aprovar os projetos e precisa reforçar a negociação com os parlamentares. “O Congresso não vai faltar [com o diálogo], mas estamos em um momento de muita turbulência e de problemas que não são inerentes à harmonia dos poderes, na circunscrição do que cada poder deve fazer”, disse. Lira referia-se ao entendimento de que o STF teria invadido prerrogativas do Congresso, estabelecendo regras para as emendas diferentes das do projeto aprovado pelos deputados e senadores.

“Todos os setores atingidos por essas medidas já estão em Brasília e todos estão se movimentando, essas medidas precisam ser votadas nessas três semanas porque temos um orçamento para entregar até o final do ano e precisa estar enquadrado dentro desse corte, dessa diminuição da velocidade da despesa”, completou Lira.

Orçamento

Enquanto o governo articula com congressistas para aprovar as medidas do pacote fiscal, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou nesta quarta-feira, o relatório preliminar da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2025. Segundo a Secretária da comissão, o prazo para apresentação de emendas à LDO se encerrará na próxima terça-feira (10), às 18h. A previsão é que o texto final seja aprovado na comissão até o dia 18 de dezembro.

De acordo com o relator da LDO, senador Confúcio Moura (MDB-RO), o principal embaraço para a definição das diretrizes orçamentárias para 2025, e o que fará o atual texto ser alterado, são as emendas parlamentares.

“Nem o Supremo ficou satisfeito com a lei apresentada pelo Congresso nem o Congresso está satisfeito com as determinações do Supremo. Então, nós vamos ter que conciliar muita coisa com a LDO de 2025, relatada por mim, que vai ter que explicar isso”, destacou Confúcio Moura.

Emendas

Após o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sancionar a lei complementar (Lcp) 210, que altera as regras de transferências

das emendas, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino liberou as emendas impositivas, que estavam suspensas desde agosto. Porém, o magistrado liberou os recursos com uma série de exigências que precisam ser cumpridas. Entre elas, as emendas só podem ser executadas após o solicitante ser identificado no Portal da Transparência. Os demais ministros da Suprema Corte aprovaram, em unanimidade por meio de plenário virtual, as exigências do ministro.

Todavia, grande parte dos parlamentares, em especial integrantes do Centrão, alegam que as medidas irão gerar uma série de burocracias. Eles consideram que a lei sancionada já garantia os critérios de transparência e rastreabilidade, que eram a exigência inicial do STF.

| Advocacia-Geral da União (AGU) entrou com um recurso no Supremo solicitando que a Corte reconsidere parcialmente as medidas. O órgão pede a revisão de trechos que tratam da aprovação de um plano de trabalho para liberação das emendas, outro que trata da identificação nominal dos parlamentares solicitantes e o ponto que se refere ao crescimento do volume total de emendas para 2025.

Jefferson Rudy/Agência Senado



Cid Gomes manteve o texto para que fosse à sanção presidencial

Alerta do Correio: aprovada isenção para medicamentos

Por Rudolfo Lago

O alerta foi feito pelo Correio da Manhã em junho. Na ocasião, o Congresso aprovou a chamada “taxação das blusinhas”. Inserida como “jabuti” no projeto que criou o Programa Mover, de incentivo à produção de veículos não-poluentes, a taxa de produtos importados esqueceu-se que a regra que isentava as compras até US\$ 50 era a mesma que isentava a importação de medicamentos até US\$ 10 mil. Isso, portanto, impactaria na saúde de milhares de pessoas que dependem desses remédios. De uma hora para outra, elas pagariam 60% a mais pelos medicamentos, que, na sua maioria, são muito caros.

A solução definitiva para o alerta dado pelo Correio foi aprovada nesta quarta-feira (4) pelo Senado. O PL 3.449/2024 isenta agora medicamentos importados do imposto de importação no Regime de Tributação Simplificada (RTS), retomando a situação anterior. Já aprovado na Câmara, o texto, relatado no Senado por Cid Gomes (PSB-CE), vai à sanção presidencial.

O relator do texto afirmou que não acolheu emendas a fim de o texto não ter que retornar à Câmara dos Deputados, onde foi aprovado em outubro.

Com a aprovação do Mover, os bens importados acima de US\$ 50, antes isentos pelo programa Remessa Conforme,

passaram a ser taxados. O problema é que essa, como alertou o Correio, era a mesma regra que isentava os medicamentos. Portaria do Ministério da Fazenda atrelada ao programa garantia a isenção.

O “jabuti” inserido no Programa Mover estabelecia que compras até US\$ 50 passavam a ser taxadas em 20%, além do ICMS. Acima desse valor, alíquota seria de 60%. Incluindo os remédios.